

# Da política de proletarização à ANL: o Partido Comunista do Brasil entre 1930 e 1935

From the politics of proletarianization to ANL: the Communist Party of Brazil between 1930 and 1935

Diorge Alceno Konrad\*

Glaucia Vieira Ramos Konrad\*\*

**Resumo:** Tendo como recorte temporal o Brasil do Governo Provisório de 1930 à Insurreição Nacional Libertadora de 1935, este artigo procura situar a inserção dos comunistas no movimento operário e sindical e em movimentos mais amplos, assim como a participação proletária nos órgãos dirigentes partidários, a partir de documentação da III Internacional Comunista e dos arquivos da repressão brasileira, respectivamente pesquisados pelos autores nos acervos do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da UNICAMP e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), entre outras fontes, em diálogo com parte da historiografia.

**Palavras-chave:** Partido Comunista do Brasil; proletariado; década de 1930.

**Abstract:** Having as a time frame the Brazil of the Provisional Government of 1930 to the National Liberating Insurrection of 1935, this article seeks to situate the insertion of communists in the labor and trade union movement and in broader movements, as well as proletarian participation in the governing bodies of the party, bases on documentation from the Third Communist International and the archives of Brazilian repression, respectively researched by the authors in the collections of the Edgar Leuenroth Archive (AEL) of UNICAMP and the Public Archive of the State of Rio de Janeiro (APERJ), among other sources, in dialogue with part of historiography.

**Keywords:** Communist Party of Brazil; Proletariat; 1930'.

---

\* Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: gdkonrad@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6337-3152>.

\*\* Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Patrimônio Cultural e do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: glaucia-l@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8901-3673>.

**M**EIA DÉCADA, entre 1930 e 1935. Tempos de avanço das contradições do capitalismo e, conseqüentemente, da crise da sua ideologia liberal, de avanço da experiência de socialização na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de consolidação do nazifascismo na Europa acirraram as contradições entre as potências e entre as classes sociais.<sup>1</sup> Não isolado desse processo histórico, o Brasil enfrentou um momento decisivo de sua demorada transição ao capitalismo e do seu processo de revolução burguesa.<sup>2</sup>

Com o sucesso do Movimento de Outubro de 1930, diferentes frações da burguesia conquistaram o poder político do Estado, mesmo sem realizar parte das mudanças estruturais, especialmente no que tangia às questões agrárias bem como aos direitos dos trabalhadores do campo, mesmo que se expandissem os direitos sociais para os assalariados da cidade.

Os conflitos internacionais gestaram os momentos antecedentes da II Guerra Mundial, período em que o Partido Comunista do Brasil se encontrava na ilegalidade, mas tendo intensa participação política na formação histórica do Brasil. Nesse contexto, os comunistas brasileiros mudaram sua tática de “classe contra classe” para a defesa de frentes amplas antifascistas, construindo a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e levando a organização para a Insurreição de novembro de 1935, se tornando o alvo central da repressão que se seguiria.

Desde 1922, o Partido Comunista do Brasil foi influenciado pela direção da III Internacional (extinta em 1943), procurando atuar sobre uma realidade socioeconômica e política com características brasileiras, mas mantendo a tática de revolução em duas etapas: a primeira, democrático-burguesa; a segunda, socialista.

É nessa conjuntura que se deve entender os avanços e os recuos de sua atuação, suas conquistas e suas derrotas, sua base e sua expansão proletária, bem como sua relação com outras classes e frações. Nesse contexto, entre o sectarismo tático e a ampliação das frentes únicas, o crescimento do partido oscilou diante das diversas categorias de trabalhadores, assalariados ou não, civis ou militares, até a ampliação da sua base de apoio, inserindo-se no interior de grandes movimentos populares, aprimorando sua tática

1 Podemos encontrar alguns dos argumentos abaixo em: KONRAD, Diorge Alceno. 1930-1935 – Do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto César. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2012. p. 67-77.

2 O debate sobre a “revolução burguesa” foi desenvolvido por diversos pensadores recomendados pelos autores deste artigo, entre eles: DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. **Novos Temas** – Revista do Instituto Caio Prado Jr., n. 7. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2012; FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**. A revolução mundial e o Brasil – 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. Os caminhos da luta antifascista no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997; PRESTES, Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945)**. A virada tática na política do PCB. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001; SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; VIANNA, Marly de Almeida G. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Porém, somente esse debate teórico e historiográfico, relacionado ao PCB do início dos anos 1930, por ser bastante extenso – destaca-se as obras de Marcos del Roio (1990), Paulo Sérgio Pinheiro (1991) e Marly Vianna (1992) sobre o mesmo recorte temporal feito aqui –, exigiria um artigo à parte.

na luta de classes, conquistando respeito e militância, sendo vítima do terrorismo jurídico-político, resistindo à repressão.

## 1930: candidato operário às eleições e oposição à “Revolução”

Ao INICIAR 1930, no Brasil, os efeitos da quebra da bolsa de Nova York, oriundos do ano anterior, só fizeram aumentar as divergências entre aqueles que apoiavam os fundamentos da Primeira República, baseada no modelo monocultor de exportação, e aqueles que defendiam um novo modelo econômico.

Em 17 de fevereiro, o secretariado político da IC (Internacional Comunista) de Moscou enviou para a seção brasileira daquela organização, portanto o Partido Comunista, a “Resolução sobre a questão do Brasil”. Publicada na edição de 17 de abril de *A Classe Operária*, interpretando como oportunistas as resoluções do III Congresso do partido, ao mesmo tempo em que afirmava que o Bloco Operário e Camponês (BOC) havia sido uma organização para colocar o proletariado a reboque da burguesia.<sup>3</sup>

O documento traduzia as decisões da tática de “classe contra classe”, decidida pelo VI Congresso da IC,<sup>4</sup> acontecido em Moscou entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928; posições ratificadas pelo III Congresso,<sup>5</sup> ocorrido na sede da Federação Operária do Estado do Rio (FORJ), em Niterói, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929.

Essa posição foi decisiva para que, logo adiante, o Partido Comunista do Brasil (PCB) optasse por uma avaliação de que as ações civis e militares em andamento, lideradas pela Aliança Liberal (AL) e por Getúlio Vargas, os quais não aceitavam a derrota eleitoral nas eleições presidenciais realizadas em primeiro de março daquele ano, apenas representavam uma fração do imperialismo mundial, a estadunidense de *Wall Street* expressa na candidatura de Getúlio Vargas, contra a burguesia cafeicultora de São Paulo, explicitada por Júlio Prestes, que seria um preposto do imperialismo inglês dos Rothschild e associados.

No documento, como explica Dario Canale, foram criticadas as resoluções do III Congresso, sobretudo no que se referia ao “caráter e às tarefas da revolução brasileira”. O texto argumentava que a concepção de movimento revolucionário defendida pelo partido pressupunha “a inércia das massas, a incapacidade do inimigo de classe de organizá-las e

3 Cf. Vida do Partido - Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, II Fase, n. 89. p. 5, 17 abr. 1930. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP, Campinas, São Paulo. (Aqui são duas referências, por isso optei por esta forma, mas não tenho certeza, pois foge das normas. Todas as demais referências semelhantes foram adaptadas assim, mas podemos mudar, não sei se esta forma seria a mais correta. Talvez a primeira referência sem negrito?).

4 Ver: Projet de programme de L'Internationale Communiste, em especial o item 6: La stratégie et la tactique de l'internationale communiste. **L'Internationae Communiste**, Paris, n. 13, p. 33-39, 13 jun. 1928; Le **VI Congrès de l'I.C.**, Paris, n. 15, p. 1003-1008, 15 jul. 1928. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1213, AEL/UNICAMP.

5 Cf. o artigo assinado pelo Comitê Central do PCB, “El III Congreso del Partido Comunista del Brasil”, que apresenta o conteúdo da adaptação política do partido à tática decidida no VI Congresso da IC. **La Correspondencia Sudamericana**, Buenos Aires, Segunda Época, n. 9p. 8-11, 1º abr. 1929. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 0117, AEL/UNICAMP.

a capacidade por parte dos comunistas de fazê-lo sozinhos, sem estabelecerem alianças com outras forças políticas”. Exigia-se que o partido se tornasse “o ‘único’ partido operário e revolucionário, desligando-se por completo de todos os partidos pequeno-burgueses e nenhuma reserva fazendo a sua política independente de classe, do proletariado”. Traduzia uma crítica à aliança anterior, quando segundo a orientação da IC, o partido teria praticamente sumido no interior do BOC.<sup>6</sup>

Essa resolução, de conteúdo classista, mas de conformação esquemática, estava nas origens das posições assumidas pelo partido nos desdobramentos da política brasileira imediatamente posterior, ao menos até o VII Congresso da IC, ocorrido igualmente em Moscou entre 25 de julho e 20 de agosto de 1935.

A nova linha política se repetiria no Pleno Ampliado do Secretariado Sul-Americano (SSA) da IC, ocorrido entre abril e maio de 1930 em Buenos Aires, quando, novamente, a linha tática do partido foi criticada e dirigida, sobretudo, às lideranças políticas e intelectuais de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Aos poucos, o partido e a própria IC, como a sua Secção Latino-Americana (SLA), afastaram-se do centro dos acontecimentos da grande política que vinha acontecendo no Brasil.

Dulce Pandolfi explica, contrapondo a tática comunista à plataforma da Aliança Liberal, a qual “contava com a simpatia de vários tenentes”. Segundo a historiadora, “para os comunistas, as questões centrais eram: divisão dos latifúndios, nacionalização dos bancos e indústrias estrangeiras, abolição da dívida externa, melhoria das condições de vida e trabalho para o proletariado”, enquanto “alguns tenentes, aos quais Prestes ainda permanecia vinculado, estavam comprometidos com o programa da Aliança Liberal”, defendendo “voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de organização e imprensa”.<sup>7</sup>

No processo eleitoral de 1930, as divergências políticas no seio das classes dominantes brasileiras seriam opostas sobre aqueles que defendiam a manutenção da “política dos governadores” da Primeira República e a dissidência das frações de classe do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. A atribuição à AL de fascista ou “Partido Fascista”, nesse momento, caracterizado pela Internacional de “terceiro período”, tinha origem na denominação de “social-fascismo”, caracterização da IC para os social-democratas no interior da tática de “classe contra classe”. Como explica Paulo Sérgio Pinheiro, “o ‘terceiro período’ passou a definir uma nova forma de estabilização capitalista”, que seria acompanhada por uma exacerbação de suas contradições internas e, em consequência, “por uma renovação da vaga revolucionária”.<sup>8</sup>

6 Ver: CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (org.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 108-9. Essa resolução é apresentada na íntegra por: CARONE, Edgard. **O PCB (1922 a 1943)**. v. 1. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 96-102.

7 Cf. **Camaradas e companheiros**. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 104.

8 Paulo Sérgio Pinheiro indica que o termo “social-fascismo” foi utilizado pela primeira vez em uma resolução do *Presidium* do Comitê Executivo da IC sobre a questão alemã, em 9 de janeiro de 1924. Cf. **Estratégias da ilusão**. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 201-2.

Em 1930, como alternativa, o Partido Comunista do Brasil lançaria uma terceira candidatura, através da legenda do BOC, a de Minervino de Oliveira,<sup>9</sup> o primeiro candidato negro e operário ao cargo de Presidência da República, já eleito como intendente (vereador), junto com Octávio Brandão, em 1928, na capital federal, então no Rio de Janeiro. Também representando o BOC, Minervino era operário marmorista, tendo começado sua militância no movimento operário em 1911, participado de diversas mobilizações sindicais no Rio de Janeiro nessa mesma década, se filiando ao partido na década posterior, já colaborando em *A Classe Operária*, órgão oficial dos comunistas brasileiros. Em abril de 1929, Minervino presidiu a reunião inaugural do Congresso Operário Nacional, realizado no Rio de Janeiro, justamente o congresso que decidiu pela criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), quando o líder operário foi eleito secretário-geral da organização classista.<sup>10</sup>

Além de Minervino, o BOC lançou em todo o Brasil, com o apoio do partido, os seguintes candidatos: o ferroviário Gastão Valentim Antunes, candidato a vice-presidente da República; o operário estivador Fenelon José Ribeiro, a senador; Paulo Paiva de Lacerda (jornalista) e Mário Grazini (operário gráfico), a deputados federais no Distrito Federal; o metalúrgico José Francisco da Silva, a senador, Domingos Brás (operário tecelão) e Duvitiliano Ramos (operário gráfico), a deputados federais no Estado do Rio; o operário gráfico Everardo Dias, ao senado, e do jornalista Aristides da S. Lobo, a deputado federal em São Paulo; Plínio Mello (jornalista) e Adalgiso Py (operário gráfico), a deputados federais no Rio Grande do Sul; e Lourenço Justino (operário pintor), Cícero Marques (metalúrgico) e Miguel Arcanjo (padeiro), a deputados federais em Pernambuco.<sup>11</sup> Ou seja, de 16 candidatos, incluindo Minervino, apenas três eram jornalistas, sendo todos os outros oriundos diretamente do proletariado.

A derrota eleitoral do BOC teve grandes dimensões, explicadas em *A Classe Operária* como perda de terreno político, pois segundo o órgão oficial do Partido Comunista, o BOC não soube “consolidar a influência do Partido Comunista no seio das massas durante e após as eleições municipais de 1928”. Também a fraude e a repressão policial foram responsabilizadas pela derrota.<sup>12</sup>

Mesmo assim, segundo o partido, era preciso radicalizar, conclamando os explorados para a conquista do poder operário e camponês, baseado nos Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros. Distante do Movimento de 1930, para onde rumou boa parte da classe trabalhadora, defendia-se uma mudança revolucionária classista, levando

9 Cf. o documento, de fevereiro de 1930, chamado “A significação das eleições para o proletariado”, publicado em *A Classe Operária*, em edição de 15 de fevereiro de 1930, citado na íntegra por CARONE, op. cit., 1982, p. 105-107.

10 Ver sobre o líder operário, o verbete Minervino de Oliveira. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/biografias/minervino\\_de\\_oliveira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/biografias/minervino_de_oliveira). Acesso em: 21 abr. 2022.

11 Cf. Eis a lista dos candidatos apresentados pelo Bloco Operário e Camponês. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, II Fase, n. 86. p. 1, 22 fev. 1930. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084, AEL/UNICAMP.

12 Ver: Porque fomos derrotados nas eleições de primeiro de março. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, II Fase, n. 89. p. 2, 17 abr. 1930. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084, AEL/UNICAMP. Cf. tb. o artigo “Los resultados de las elecciones brasileñas”, assinado por “Pereyra”. **La Correspondencia Sudamericana**, Segunda Época, Buenos Aires, n. 26p. 13-15, 1º maio 1929. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 0117, AEL/UNICAMP.

o partido a uma visão dogmática sobre 1930. Completaria esse quadro o relativo declínio de suas atividades, que vinha ocorrendo desde 1929.

Além disso, a política implementada pelo partido, em decorrência da Conferência do Secretariado Sul-Americano, ocorrida em Buenos Aires em abril e maio de 1930, já citada acima, também implementa a direção política da Comissão Executiva do Comintern, principalmente através da opinião de Dmitri Manuilski, presidente de então. A orientação instruíra os partidos comunistas a romperem com os laços que os uniam à sociedade burguesa, pois esses partidos encontrar-se-iam na estaca zero do movimento revolucionário ou a reboque de outras classes. Assim, para Manuilski, o caminho a seguir seria em torno de uma política independente de classes. A partir dessa conferência é que se dá o afastamento do Comitê Central de Leôncio Basbaum,<sup>13</sup> um dos fundadores da União da Juventude Comunista (UJC), e a acusação de desvios de direita de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, Paulo Lacerda e Fernando de Lacerda.

A conjuntura política efervescente coincidiu com o lançamento, em 3 de maio de 1930, de um manifesto do porto-alegrense Luiz Carlos Prestes, no qual ele definiu a sua posição anti-imperialista e contra o latifúndio. Esse manifesto foi o resultado de um movimento político do principal líder tenentista da década de 1920, de aproximação com o marxismo e as teses do Partido Comunista do Brasil. Prestes, que havia sido convidado por Vargas para ser o comandante militar da “revolução” em curso, declinou do convite. Nelson Werneck Sodré explica que “a posição de Prestes, de um lado, e do PCB, de outro, só podem ser compreendidas quando inseridas no contexto histórico”, pois “elas constituíam características da etapa em que um moldava sua própria fisionomia de dirigente de massas e outro processava o seu amadurecimento como organização política”, sendo “ambas posições esquerdistas (...) de se excluir espontaneamente do processo político, buscando preservar a pureza de seus princípios”, haja vista que “o documento de Prestes, por verdadeiro que fosse no diagnóstico, partia da falsa premissa da existência, naquele momento, de uma situação revolucionária”.<sup>14</sup> Contudo, a posição de Prestes não encontraria guarida no seio do partido, pois o tenentismo e agora o “prestismo” também estavam sendo incluídos no rol de agentes “pequenos burgueses”.<sup>15</sup> A repercussão do documento de Prestes foi tanta que o principal órgão internacional da IC publicou a opinião do partido sobre o Manifesto de Maio.<sup>16</sup>

13 Sobre isto, cf. BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. Uma visão da história política brasileira dos últimos 40 anos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Especialmente p. 51-147.

14 Ver: **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984. p. 85-6.

15 Cf. o documento “O Partido Comunista perante o manifesto de Luiz Carlos Prestes”, de junho de 1930, publicado em *A Classe Operária*, em edição de 8 de julho de 1930. Citado por CARONE, op. cit., 1982, p. 83-87. Esse mesmo documento, divulgado publicamente na época, pode ser conferido em: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 1044. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); Cf. tb. O Partido Comunista e o manifesto de Luiz Carlos Prestes. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, II Fase, ano VI, n. 89, p. 5, 8 jul. 1930. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084, AEL/ UNICAMP.

16 Ver: Le Parti Communiste du Brésil à propos du manifeste de Luiz Carlos Prestes. **La Correspondance Internationale**, Paris, n. 55. p. 636, 28 jun. 1930. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1554, AEL/ UNICAMP.

Decidido que o Partido Comunista do Brasil não apoiaria 1930, e iniciado o movimento de 3 de outubro liderado por Getúlio Vargas, um dos resultados foi a instalação, em Itaqui, no Rio Grande do Sul, de um soviete local, de duração efêmera, sendo derrotado pelos apoiadores de Getúlio Vargas. Como explica John Foster Dulles, “o soviete de Itaqui foi esmagado pelas forças de Vargas”, motivo que fez com que uma edição de *A Classe Operária*, de 1931, publicasse o “Hino de Itaqui”, composto por um marinheiro, hino este que ficou conhecido na época como o hino dos comunistas brasileiros.<sup>17</sup>

O “obreirismo”, ou seja, a defesa do princípio de que os dirigentes do Partido Comunista do Brasil deveriam ter origem social proletária, por mais esquerdista que fosse, consolidava direção proletária no partido, o órgão dirigente máximo que seguia a linha da III Internacional.<sup>18</sup> Nesse contexto, como afirmam João Amazonas e Maurício Grabois, o partido tentaria combater a suposta “influência nociva das ideias pequeno-burguesas e em favor de um pretensão modo de vida proletário”, vendo “como causa de sua estagnação os indivíduos e não as concepções estranhas à classe operária”, assim, não conseguindo “sair de seu isolamento”.<sup>19</sup>

O Movimento de 1930 começou a colocar em prática medidas de reformas do sistema eleitoral e da legislação trabalhista e sindical, demandas que estavam, em parte, na linha de frente das lutas operárias das décadas anteriores. Entretanto, a comissão executiva do partido lançou um manifesto público, em 5 de abril de 1931, criticando a Lei de Sindicalização, convocando os trabalhadores para resistir às medidas do governo.<sup>20</sup>

Em novembro de 1930, Astrojildo Pereira, um dos fundadores do partido em 1922 e então secretário-geral, foi afastado da direção, sendo acusado de resistir à “proletarização”. Em dois dias de reunião, com a participação ampliada, o Comitê Central destituiu Astrojildo de seu cargo de secretário-geral, sendo creditada a ele a responsabilidade pela oposição e resistência à política do partido, conforme orientava o Comintern. O fundador do partido foi “obrigado a fazer inúmeras autocríticas e depois encaminhado para um trabalho de reeducação marxista

17 Cf. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 357-8.

18 O “obreirismo”, mesmo que não designado como tal na época (conforme Leôncio Basbaum, op. cit., p. 75, era chamado também de “proletarização”), acarretou intensos debates internos no Partido Comunista do Brasil, especialmente como desdobramento da tática de classe contra classe, adotada após o VI Congresso da Internacional Comunista. Esses debates são importantes, mesmo que ainda tenham sido pouco desenvolvidos pela historiografia, porém não há espaço para serem reproduzidos aqui, exigindo um outro artigo para tal. Assim, apenas indica-se: BRANDELLI, Danilo Martins; GIL, Aldo Duran. A fase obreirista do PCB (1929-1934): uma análise da expulsão dos intelectuais do partido. **Pensata** – Revista dos Estudantes de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, Guarulhos, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10100>. Acesso em: 7 set. 2022; FERREIRA, Muniz Gonçalves. 1930-34: o obreirismo no PCB. In: **Núcleo de Estudos de Irracionalismo Moderno (NEIM)**. Disponível em: <https://www.irracionalismomoderno.com.br/2021/02/o-obreirismo-no-PCB.html?m=0>. Acesso em: 7 set. 2002; HENN, Leonardo Guedes. A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, v. 1, n. 3, p. 287-299, mar. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6238635.pdf>. Acesso em: 7 set. 2002.

19 Ver: AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. 50 anos de luta. In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. Documentos do PCdoB de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 150.

20 Cf. Proletários de Todos os Países: UNAMO-NOS! Contra o decreto fascista de sindicalização das classes – Oponhamos a frente única de classe de todo o proletariado. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 126. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.

em São Paulo”, retornando após “para o Rio Bonito, onde se dedicou à crítica literária”.<sup>21</sup> Nesse quadro, o partido não conseguia construir uma direção efetiva, tanto que, em janeiro de 1931, em reunião ampliada do Comitê Central, o alfaiate e sindicalista Heitor Ferreira Lima,<sup>22</sup> recém-retornado de Moscou, tornou-se o novo secretário-geral. Astrojildo Pereira, novamente criticado, então, pediu afastamento do partido.<sup>23</sup>

Ao mesmo tempo, o Partido Comunista do Brasil continuava a opinar que o governo de Getúlio estava em decomposição. No manifesto do partido, chamado “Pela Revolução dos Operários e Camponeses”, de 1931, afirmava-se que “nenhuma melhora, pelo contrário, mais miséria e mais fome” acontecia no governo de Vargas; acusando a “falsa ‘revolução liberal’” por ter apenas mudado os “exploradores do povo trabalhador”, conclamando os mesmos para a continuidade da organização, em toda parte, dos “Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros”, que seria a “única forma de governo [a] reconhecer e apoiar”, afim de realizar a “revolução dos operários e camponeses”.<sup>24</sup>

Para ampliar o afastamento dos dirigentes partidários, em janeiro de 1931, Mário Pedrosa e Lívio Xavier organizaram outra dissidência do partido, criando a “Oposição Leninista do Partido Comunista do Brasil”, organização que se ligava à Oposição Internacional, uma das dissidências trotskistas, criada em abril de 1930 em Paris.

No entanto, não foram apenas os erros cometidos pela tática de “classe contra classe” e o decorrente “obreirismo” que vinha afastando o partido de parte significativa da classe trabalhadora, sobretudo aquela que defendia a diretriz trabalhista e que passara a apoiar Getúlio Vargas e as políticas públicas de direitos sociais para os trabalhadores. Após o governo de Vargas assinar o decreto da Lei da Sindicalização, em 19 de março de 1931, iniciava-se uma nova fase de perseguição aos comunistas, com intensificação da repressão político-policia. Mesmo assim, nas teses de abril de 1931, o Partido Comunista do Brasil reafirmaria o suposto “estado de radicalização continuada das massas diante da ditadura fascista de Vargas”, conclamando os trabalhadores para a construção de novas greves. A condição oriunda da crise de 1929 afetava economicamente o Brasil, sendo que, no imediato pós-1930, o arrocho salarial foi crescendo nos primeiros meses do Governo Provisório.

A permanência do Partido Comunista do Brasil na ilegalidade (exceto por efêmera legalidade no estado de São Paulo, por decisão do interventor João Alberto, oriundo do tenentismo e da Coluna Prestes) e na clandestinidade, resultava em centenas de

21 SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. **Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2014. p. 234. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/ANARQUISMO-E-FORMA%C3%87%C3%83O-DO-PARTIDO-COMUNISTA-DO-BRASIL-PCB.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

22 Sobre esse processo, ver: LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**. Memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982. Especialmente p. 88-148.

23 Heitor Ferreira Lima permaneceria pouco tempo na secretaria-geral, sendo substituído por Fernando de Lacerda em junho do mesmo ano. Este igualmente defenderia a posição “obreirista”, hegemônica na linha partidária.

24 Ver: Partido Comunista do Brasil. *Pela revolução dos operários e camponeses*. [s.l.]:1931, 13 p. In: Folhetos apreendidos pela DESPS. n. 222. **Fundo DESPS**, Série Folhetos. Rio de Janeiro: APERJ.



trabalhadores e comunistas presos, muitos enviados para as prisões da Ilha Grande e de Fernando de Noronha, mantendo a prática repressiva do período anterior em relação à oposição de esquerda, além de assassinar outros tantos, ainda em 1931. Um documento lançado a público pelo Comitê Central do Partido alertava que o governo mandava “os seus comparsas, os opressores do povo, dar um passeio a Paris”, enquanto os trabalhadores que tinham fome iam “para a prisão de Fernando de Noronha”, denunciando a repressão e chamando o governo da Aliança Liberal de criminoso.<sup>25</sup> No Rio de Janeiro, o chefe de polícia do Governo Provisório, Batista Luzardo, reprimia de todas as formas qualquer tentativa de ação e organização do partido. Como exemplo, o governo de Vargas e a polícia proibiram as manifestações do Primeiro de Maio de 1931. Nesse momento, o Socorro Vermelho Internacional, um dos braços da IC, denunciava a data das trabalhadoras e dos trabalhadores como dia de prisões e violências no Rio de Janeiro e no Recife.<sup>26</sup> Em junho de 1931, por exemplo, Leôncio Basbaum foi preso no Rio Grande do Sul. No final do mês, no dia 28, Octávio Brandão e sua companheira Laura foram deportados para a Alemanha. De lá, eles seguiram para Moscou.<sup>27</sup> A edição mimeografada de *A Classe Operária*, edição de 27 de agosto de 1931, diante da repressão excessiva do governo Vargas, fazia com que se alertasse para a “ameaça iminente” de um “golpe fascista”.<sup>28</sup> Em decorrência, com a forte repressão no Rio de Janeiro, o Comitê Central transferiu-se para São Paulo em novembro de 1931.

No interior do partido, a política de “proletarização” continuava, tanto que, em janeiro de 1932, assumiu a secretaria-geral o operário José Villar (“Miguel”), que fazia parte do Comitê Central desde 1930. Nesse momento, a direção nacional do partido continuou a atuar a partir de São Paulo. Mas José Vilar não permanecerá muito tempo à frente do partido. Em maio, uma reunião ampliada do Comitê Central reorganizou a direção do partido, tornando-se secretário-geral José Caetano Machado.

Em maio de 1932 aconteceu nova onda de greves no país. Em São Paulo, em um desses momentos de ampliação da repressão policial, o prédio da União dos Trabalhadores Gráficos, cuja categoria encontrava-se em greve, foi invadido. Ali encontravam-se dezenas de militantes, líderes sindicais e membros da direção do partido. Além de prender líderes grevistas, a polícia encontrou Caetano Machado, Mário Grazini, José Righetti, Roberto

25 Cf. Aos trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 8. **Fundo DESPS**, Série Panfletos. Rio de Janeiro: APERJ.

26 Ver sobre isto: DULLES, op. cit., 1977, p. 385.

27 No artigo “Octávio Brandão - Centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro”, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros relata esse momento da vida de Brandão e sua família: “Voltando da Argentina, onde participara de uma reunião entre os PCs de vários países latino-americanos, é preso. Permanecendo encarcerado por cinquenta e seis dias, a 18 de junho de 1931 é levado ao cais do porto, onde é reunido com Laura e as filhas Dionysa (5 anos), Vólia (8) e Sátiva (9), expulsos todos do país, embarcados no navio alemão *Weser*, com destino a Bremen. Na angústia do expatriamento, a solidariedade corajosa dos que atravessaram os cordões policiais para lhe transmitir a amizade na emoção da despedida: Domingos Leopoldino (pai de Laura), Nise da Silveira, Zoila Teixeira, Emile Camprat e Benjamin Soares Cabelo”. Cf. **Octávio Brandão**. Centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro. UERJ/Cultural - SR3/APERJ, 1996. p. 47-8.

28 Cf. Sob a ameaça iminente do golpe fascista. *A Classe Operária* [s.l.]: Partido Comunista do Brasil - secção brasileira da IC, p. 1, 27 ago. 1931. In: **Coleção Internacional Comunista**, rolo 6, filme 495, assunto 29, dossiê 57, AEL/UNICAMP.

Morena<sup>29</sup> e outros, apreendendo boa parte do Comitê Central, sendo que o que restava dele resolveu retornar a dirigir o partido a partir do Rio de Janeiro. Vários líderes do partido foram enviados presos, primeiro para a Casa de Detenção e, em setembro do mesmo ano, para a Colônia Correccional Dois Rios, na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Assim, no mesmo momento em que acontecia a reacionária Constitucionalista liderada pelos paulistas, entre 9 de julho e 2 de outubro de 1932, criticada como golpista pelos comunistas, suas principais lideranças estavam na cadeia (sendo presos quase uma centena de dirigentes comunistas nesse momento).

Em fins de maio desse ano, após a dissolução do Comitê Central de São Paulo na reunião nacional, acontecida no Rio de Janeiro, a política de “proletarização” do partido continuava. O gráfico Duvitiliano Ramos (“Freitas”) foi eleito secretário-geral, sendo, ainda no final desse ano, substituído por Domingos Brás, que havia sido eleito secretário de Agitação e Propaganda em maio. Brás se tornou o principal responsável pela entrada de Antônio Maciel Bonfim no Comitê Central, o “Miranda”, futuro secretário-geral. Era o auge do “obreirismo”.

Mesmo assim, mantendo a sua linha política, no contexto da Constitucionalista, o partido conclamava as massas a lutarem por suas reivindicações imediatas, contra o imperialismo e o latifúndio e, novamente, pela transformação da luta armada entre os grupos das classes dominantes para um novo tipo de governo. Como explica Dario Canale, nesse contexto, o PCB considerava “a secessão paulista apenas como mais uma manifestação de rivalidade entre os imperialismos britânico e norte-americano”, voltando “a lançar a palavra de ordem de um governo operário e camponês”.<sup>30</sup>

Vitorioso na “Constitucionalista”, o governo Vargas começou a se afastar dos “tenentes” progressistas, organizados em torno do Clube 3 de Outubro, conciliando-se com lideranças conservadoras, inclusive de São Paulo, propondo um novo Código Eleitoral e acatando a convocação de uma Constituinte. Com vistas a barganhar na Assembleia Constituinte, eleita em 3 de maio de 1933, e, ao mesmo tempo, consolidar o poder de seu Governo Provisório, Vargas e seus aliados atuaram na Constituinte com vistas a elaborar uma Carta que, promulgada em 19 de julho de 1934, tornava-se uma mescla de antigas reivindicações dos trabalhadores, com características reformistas. A tática do governo agora era a aliança com a oposição paulista, na busca do abrandamento da luta de classes, evitando nova ascensão dos movimentos sociais. Essa estratégia levou Vargas a ser eleito presidente da República, de forma indireta, em 1934.

29 Pela participação na greve da São Paulo Railway, Morena ficaria preso na Ilha Grande até 1934, se exilando no Uruguai, onde ainda seria preso duas vezes, voltando ao Rio Grande do Sul em 1935, onde assumiria a direção do Partido Comunista no Rio Grande do Sul. Sobre isto, ver o verbete Roberto Morena. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto\\_morena](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/roberto_morena). Acesso em: 21 mar. 2022.

30 Cf. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, op. cit., 1985, p. 115. Ver interpretação análoga feita por R. Koelner, provavelmente um pseudônimo, no artigo “Révoltes et guerre civile au Brésil”. **La Correspondance Internationale**, Paris, p. 855, 1º set. 1932. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1585, AEL/UNICAMP.

Parte do campo tenentista, que se aliara a Vargas em 1930, passou a tomar posições mais radicais, dividindo-se entre aqueles que tomaram o rumo conservador – aliando-se à Ação Integralista Brasileira (AIB) criada em 1932, e que tinha a complacência do governo –, e aqueles que, aos poucos, adeririam ao antifascismo.

Com a conjuntura mundial passando a mudar rapidamente, principalmente após a ascensão nazista na Alemanha, ocorrida em 30 de janeiro de 1933, em Montevidéu, no Uruguai, em 28 de fevereiro aconteceu o Congresso Contra a Guerra Imperialista. Este possibilitou uma ampliação da tática política dos comunistas em relação às outras forças de esquerda, abrindo espaço paulatino para a crítica ao “obreirismo” e o fim da tática de “classe contra classe”. A abertura acontecia também na IC, quando esta propôs a luta antifascista conjunta com a socialdemocracia a partir de março. Em decorrência, ainda em agosto, surgiu na Europa o Comitê Mundial de Luta Contra a Guerra e o Fascismo, movimento que terá repercussões nos países latino-americanos e no Brasil. Nesse período, o partido passou a apoiar e incentivar as manifestações contra a guerra e o fascismo. Concomitante a isso, o PCB concorreu às eleições para a Constituinte, ocorridas em 3 de maio, a partir das legendas “União Operária e Camponesa”, no Rio de Janeiro, e “Trabalhador ocupa o teu posto!”, no Recife.<sup>31</sup> Um documento do Partido Comunista do Brasil, da região do Rio de Janeiro, afirmou que o partido levaria para o seio da Constituinte a luta de classes, conclamando aos operários, camponeses, negros e índios, funcionários, pequenos comerciantes, intelectuais e estudantes pobres para a defesa dos candidatos de classe. Com a crítica pejorativa à convocação da “Constituinte” (chamada de Constituinte da “tapeação”) que irá “reforçar a reação, a fome, miséria, desemprego, intensificar a militarização do povo trabalhador e ultimar a participação do Brasil ao lado de um ou outro imperialismo”, o PCB utilizava a tática leninista de “aproveitar todas as possibilidades legais para servir e orientar o proletariado e as massas na luta contra as classes dominantes”, a fim de lançar os seus próprios candidatos de classe.<sup>32</sup> Entre os candidatos, Álvaro Ventura, integrante do partido, foi eleito à Constituinte como representante classista.<sup>33</sup>

Entretanto, as divergências na direção central do partido continuaram. Em julho de 1933 novamente ocorreu uma reorganização da direção nacional, quando Duvitiliano Ramos, também operário, assumiu a secretaria-geral. Nessa nova escolha, o ex-sargento e defensor

31 Ver: O Partido Comunista do Brasil apoia e chama as massas a apoiar os candidatos da União Operária e Camponesa. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 559. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.

32 Cf. O Partido Comunista do Brasil levará a luta de classe ao seio da Constituinte! In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 934. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.

33 Segundo o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, Álvaro Ventura era “estivador e sem instrução formal”, tendo participado “em 1930 da I Conferência do PCB, em Santa Catarina, ao lado de diversos operários e políticos que haviam tomado parte na campanha da Aliança Liberal (1929-1930) e na Revolução de 1930”. Foi nessa conferência que “foi criada a seção estadual do PCB que, a partir de então, atuou decisivamente para a criação, já no ano seguinte, de diversos sindicatos em Santa Catarina. Em julho de 1933, Álvaro Ventura foi eleito segundo suplente de deputado federal classista à Assembleia Nacional Constituinte, como representante profissional dos empregados”. Depois, “com a promulgação da nova Carta (16/7/1934), os deputados constituintes tiveram seus mandatos estendidos e, em setembro daquele ano, Álvaro Ventura assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados como único representante do PCB”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-costa-ventura-filho>. Acesso em: 17 maio 2002.

da linha de Luiz Carlos Prestes no interior do tenentismo, Antônio Maciel Bonfim (“Miranda”), passou a fazer parte do secretariado, vindo a assumir a secretaria-geral em junho de 1934.<sup>34</sup>

## Nova ascensão de luta dos trabalhadores

No INÍCIO DE 1934, as greves e movimentos sociais passaram a ganhar mais espaço na luta social brasileira, resultando em um novo ascenso do movimento operário. As greves da Leopoldina e da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em abril, foram seguidas pela greve geral dos bancários, dos marítimos, dos telegrafistas, dos operários da City, em Santos, da Companhia Força e Luz, em Belo Horizonte, da São Paulo Railway, da greve geral em Belém etc. Nessa época, realizava-se um Congresso Sindical Nacional, quando se organizava a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) com grande participação do Partido Comunista do Brasil. No Primeiro de Maio desse ano, apesar da proibição da polícia, realizaram-se manifestações em todo o país. No Rio de Janeiro, os operários reagiram a tiros à intervenção policial, resultando em diversos feridos e presos; em Recife, a polícia atacou uma passeata a tiros. O resultado foi: dois trabalhadores mortos e mais de vinte feridos.<sup>35</sup>

Nesse contexto de ampliação dos movimentos sociais, o Partido Comunista do Brasil, mais uma vez, teve mudanças em sua direção, sendo que Antônio Maciel Bonfim despontou como liderança, enquanto seus principais críticos – Heitor Ferreira Lima, Corifeu de Azevedo Marques e Mário Grazini – foram afastados em junho de 1934.

Logo em seguida, o partido realizou, entre 8 e 10 de julho, a sua I Conferência Nacional, marcada para Minas Gerais oficialmente, mas ocorrendo em Niterói, no Rio de Janeiro, como forma de despistamento da polícia e a fim de reestruturar a sua direção – Bonfim passou a ser secretário-geral – e eleger os delegados brasileiros ao VII Congresso da IC (Antônio Maciel Bonfim, Lauro Reginaldo da Rocha, “Bangu”, Fernando de Lacerda, “André” e José Caetano Machado). Essa conferência apelou aos comunistas para promoverem, em todo o Brasil, manifestações contra a guerra, a reação e o fascismo, entre 1º e 23 de agosto desse mesmo ano.<sup>36</sup>

34 Antônio Manoel Bomfim havia sido preso em 15 de setembro de 1930, em Alagoinhas, Bahia, acusado de “subversão comunista”. Soltos poucos dias depois, novamente seria preso no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1931 e 22 de janeiro do ano seguinte, agora acusado de ser um “comunista perigoso” e utilizando o pseudônimo de Américo de Carvalho. Na segunda prisão no Rio, foi recolhido à Casa de Detenção, depois enviado para a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande. Ingressaria no Partido Comunista apenas após a extinção da Liga de Ação Revolucionária (LAR), onde militou ao lado do seu criador Luiz Carlos Prestes. Ver mais sobre Bomfim, em: MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, p. 173-194, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/GTHZhkPbwvm85QzmmTv5HnG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2022.

35 Essas greves, mobilizações e outras ações da classe trabalhadora apresentadas neste artigo foram desenvolvidas no subitem 3.4 (Nos tempos de Filinto Strubling Müller e Dario Crespo), da tese de doutorado de Diorge Alceno Konrad. Cf. KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sociopolíticos (1930-1937)*. 2004. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2004. p. 259-298. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000324299>. Acesso em: 6 set. 2022.

36 O documento dessa conferência foi publicado, inicialmente, em *A Classe Operária*, em sua edição de 1º de agosto de 1934. Ver: Manifesto da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao

A delegação brasileira que foi a Moscou para participar do Congresso da IC teve como nome mais destacado Antônio Maciel Bonfim – o Miranda –, recém-eleito secretário-geral do partido. Na ocasião, a executiva da Internacional começou a discutir a necessidade da formação de uma “frente popular” de âmbito mundial, com vistas a impedir a expansão mundial do nazifascismo. A crítica anterior, que identificava os socialdemocratas como “agentes da burguesia e do imperialismo no seio da classe operária” ou os chamava de “social-fascistas”, deixou, aos poucos, de ser utilizada pelos líderes da IC. Os partidos comunistas receberam, a partir de então, a diretriz de realizar alianças políticas com os sociais-democratas. Com essa mudança tática, abriram-se espaços para as teses de Georgi Dimitrov, enquanto as posições da tática de “classe contra classe” defendidas por Manuilski – presidente do Comitê Executivo do Komintern – ficaram em plano secundário.

Como o VII Congresso da IC foi adiado na capital da União Soviética, realizou-se uma conferência dos representantes dos Partidos Comunistas da América Latina, chamada de Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central. Na ocasião, os representantes brasileiros transmitiram dados superestimados da realidade brasileira, afirmando que o Brasil estava às portas de um movimento revolucionário e que este contava com o apoio maciço das Forças Armadas. As lideranças da Internacional passaram a se interessar, a partir dessas informações, mais especificamente sobre as possibilidades revolucionárias do Brasil. Por decisão da IC, no primeiro dia de agosto, Luiz Carlos Prestes, que residia em Moscou, ingressaria no partido.

Nessa conferência, a partir das informações dadas pelos integrantes do partido, decidiu-se pelo envio de algumas das lideranças da IC para auxiliar os comunistas do Brasil, a fim de colaborar no trabalho do partido para a organização revolucionária no país. Anita Leocádia Prestes argumenta que a decisão “de enviar ao Brasil, naquele momento, alguns assessores, como era habitual no movimento comunista internacional, para colaborar no trabalho do Partido Comunista do Brasil, atendeu à solicitação feita nesse sentido por Miranda”. Além disso, segundo a historiadora, “o Secretariado Sul-Americano foi transferido de Montevideu para o Rio”, culminando na vinda para a capital brasileira dos argentinos Rodolfo e Carmen Ghioldi e de mais outros militantes.<sup>37</sup>

Em 22 de julho foi publicada uma conclamação da CGTB, chamando para atos públicos para o primeiro dia de agosto, os quais deveriam estar integrados com as jornadas internas de luta contra a fome, o fascismo, a reação e a guerra imperialista. Em julho, o Comitê Estudantil da Luta Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo também convidava para as manifestações do 1º de agosto. Esses movimentos antifascistas contaram com a participação efetiva dos

---

proletariado, à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais, escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano X, n. 164, p. 1-2, 1º ago. 1934. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084, AEL/UNICAMP. Este documento é citado integralmente por CARONE, op. cit., 1982, p.159-171.

37 Cf. PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935). Petrópolis: Vozes, 1997. p. 65.

comunistas em seu processo de organização, como demonstra Anita Leocádia Prestes, a qual indica a “influência inegável dos comunistas no movimento antiguerreiro e antifascista que vinha crescendo no Brasil e conquistando setores cada vez mais amplos”.<sup>38</sup>

Preparava-se, então, o I Congresso Nacional de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo,<sup>39</sup> que se realizou no Rio de Janeiro, no Teatro João Caetano, em 23 de agosto, como resultado de inúmeras conferências de todos os estados. À frente da organização desse congresso, entre outras entidades, estava a CGTB, a qual chamou para um grande comício diante da Central do Brasil. Os participantes, após a reunião, dirigiram-se para o Teatro João Caetano com faixas e palavras de ordem contra a guerra e o integralismo, por pão, trabalho, terra e liberdade. Participaram da manifestação representantes do Socorro Vermelho do Brasil, da Juventude Comunista e do PCB. Depois do comício, a Polícia Especial, a Polícia Militar e investigadores da Ordem Política e Social atiraram nos manifestantes, na Cinelândia, no centro da capital federal, resultando em dois mortos e dezenas de feridos. Dois dias após iniciou-se a greve dos trabalhadores da Cantareira, com a participação de três mil operários, em protesto contra a chacina. O movimento foi acompanhado por uma generalização do movimento grevista, com a adesão de caixeiros e pedreiros de Niterói, padeiros do Distrito Federal, da Companhia Circular da Bahia e de marceneiros. Em consequência, a polícia fechou a Federação Proletária do Rio de Janeiro.

Em setembro, de 23 a 29, realizou-se a I Semana Nacional Antiguerreira, promovida pelo Comitê Nacional de Luta contra as Guerras Imperialistas, a Reação e o Fascismo, enquanto que, em 7 de outubro, o partido dirigiu as forças populares antifascistas que dissolveram uma manifestação armada dos integralistas na Praça da Sé, em São Paulo. No restante do país, os comunistas tomaram a frente na luta contra os integralistas, particularmente no Rio de Janeiro, em Petrópolis, em Campos, em Pernambuco, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, organizava-se a Comissão Política e Popular de Inquérito para a luta contra os crimes da reação, multiplicadas por todo o Brasil.

Nesse meio tempo, o partido não renunciava à luta institucional, se lançando na disputa para os parlamentos estaduais e federal, a exemplo do Rio Grande do Sul, quando, em 28 de setembro, a Liga Eleitoral Proletária (LEP) escolheu os seus candidatos às eleições de 14 de outubro, contando com 17 candidatos para deputado federal e dez para deputado estadual, a maioria deles oriundos da classe trabalhadora. Foram os seguintes os candidatos da LEP: Policarpo Hibernon Machado (barbeiro), Leopoldo Machado Soares (padeiro), Agostinho Claro de Carvalho (chapeleiro), Universina Torres Tatsch (costureira), Geminiano Candiota Xavier (barbeiro), Santos Soares (pedreiro), Murilo de Oliveira Valle Machado, João Junqueira Rocha (advogado), Amâncio Cabreira, Augustin Lenuza, Alfredo Hohendorf, Abrelino Cruz,

38 Idem, p. 54 a 57.

39 Cf. o panfleto de chamamento do congresso no Rio de Janeiro, de agosto de 1934, que resume os objetivos e o programa do evento. I Congresso Nacional de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 993. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.

Elpídio Santos, Perci de Abreu Lima (advogado), Antônio Fiesck, José Pinho (charuteiro) e Júlio Mohr, candidatos a deputado federal; Ângelo Plastina (operário), Fernando de Souza Ó (advogado), Teodoro Johanson, Moacir Verniere, Júlio de Assis Teixeira (advogado), Arnaldo Teixeira, Eralito Coco, José Lopes de Carvalho, Abílio Fernandes (metalúrgico) e Euclides de Alencar Pontes, candidatos a deputado estadual.<sup>40</sup>

O desdobramento da luta antifascista, logo no início de 1935, mesmo que com reticências, fez com que o Partido Comunista do Brasil conclamasse para a criação de uma ampla aliança pela libertação nacional e o apoio de todas as correntes progressistas contra o imperialismo. Formar-se-ia a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Alguns integrantes do partido, entretanto, temiam que o mesmo pudesse ser incorporado por uma frente da dimensão da ANL, caracterizada por muitos como uma organização pequeno-burguesa, a exemplo do que acontecera entre 1927 e 1930, na experiência do BOC, quando os comunistas praticamente se dissolveram nessa organização. Num artigo em *A Classe Operária*, Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) referiu-se aos “perigos do nacional-reformismo da ANL.”<sup>41</sup> Em *A Classe Operária*, número 179, de 23 de abril de 1935, em um documento chamado “A luta pela revolução agrária e anti-imperialista (a posição do partido perante a Aliança Nacional Libertadora)”, os comunistas procuraram se diferenciar da organização que haviam auxiliado a criar, ao considerar: “não aderimos e não aderiremos à ANL, pois somos um partido político que visa ao poder político para uma classe, a proletária”. Segundo Anita Prestes, na verdade, os comunistas “queriam dizer que, embora atuando ativamente nas fileiras da ANL, não admitiam dissolver-se nessa entidade nem perder sua independência política e programática”.<sup>42</sup>

Essa posição, ainda oriunda da tática “obreirista”, aos poucos ia se dissolvendo devido à nova realidade proporcionada pela conjuntura internacional. Assim, a ANL passava a expressar uma linha de frente ampla, composta por militares de origem tenentista, pequenos proprietários e, sobretudo, a classe trabalhadora antifascista. Mais uma vez, o exemplo do Rio Grande do Sul parece ilustrar o que vem sendo argumentado até agora.

Como já defendeu Diorge Konrad, em 1935: a ANL do Rio Grande do Sul, a participação classista foi de comerciantes (pequenos e médios) e até de fazendeiros em Uruguaiana e Livramento, mas com muitos integrantes de origem proletária em seus núcleos dirigentes. Exemplos disso foram: o segundo-secretário Raul Francisco Ryff (então comerciário) e o delegado de propaganda Marciano Belchior Filho (gráfico), integrantes do Diretório Estadual Provisório; Eloy Brasil Martins, Carlos Metzeder e Luiz Mendes da Silva, do Núcleo dos Metalúrgicos de Porto Alegre; Luiz Pinto Cezar, Paulo de Paula, Dorval Ketzer, Otavio Dias e Luiz da Cunha Pinto, do Núcleo dos Comerciários, também de Porto Alegre; diversos

40 Cf. LEP - A proclamação dos candidatos. **A Voz do Trabalhador**, Porto Alegre, n. 50, ano I, p. 1, 29 set. 1934, exemplar encontrado no acervo João Batista Marçal, em Viamão - RS.

41 Ver: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**. Sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 135.

42 Cf. PRESTES, op. cit., 1997, p. 109. Ver também: PANDOLFI, op. cit., 1995, p. 115.

trabalhadores dos núcleos do 3º e 4º distritos e da Azenha, igualmente da capital rio-grandense; Cândido Souza (comerciário), Dante Pogetti (professor), Democrata Soares (bancário), Luiz Pereira de Almeida (alfaiate) e Lucas Fortes dos Santos (operário ferroviário), do Núcleo de Santa Maria; Francisco Ramalho de Almeida (bancário), José dos Santos Duval (comerciário), Lúcio Nunes Rodrigues (gráfico), Abílio Fernandes (metalúrgico), Firmino Coutinho (alfaiate), Manoel Teixeira Pinto (estivador) e Antônio Ferreira Primo (empregado em hotéis e anexos), do Núcleo de Pelotas; Santos Fonseca, Francisco Jobim Filho e Luiz Bonaparte (operários), Cyro Caspami (alfaiate), do Núcleo de Uruguaiana; Rodolfo Moeller, Avelino Cadeira e Leopoldo Felipe Guimarães (operários), Marinho Kern e Paulo L. Bech (bancários), do Núcleo de São Leopoldo; Santos Soares (pedreiro), do Núcleo de Santana do Livramento; e, provavelmente, muitos outros dos núcleos de Bagé e Passo Fundo, cujas profissões não aparecem no levantamento de Konrad.<sup>43</sup>

Entre o 1º de março e o dia 12 foram aprovados os estatutos da ANL e elegeu-se o Diretório Nacional Provisório (DNP). Em seguida, no dia 30, foi lançada oficialmente a Aliança, marcando o surgimento da frente antifascista, anti-imperialista e antilatifundiária, sendo escolhidos como dirigentes Hercolino Cascardo, presidente, Amoreti Osório, vice-presidente e Francisco Mangabeira, secretário. No manifesto-programa, que havia sido lançado ainda em fevereiro, delineou-se a linha central de suas demandas: a defesa do cancelamento das dívidas externas; a nacionalização das empresas imperialistas; a entrega dos latifúndios ao povo que neles trabalhava e a libertação dos camponeses; o fim da exploração dos tributos “feudais” pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc.; a defesa de pequena e média propriedade contra a agiotagem e contra qualquer execução hipotecária; a exploração das riquezas nacionais pelos nacionais; a diminuição dos impostos; o aumento dos salários e ordenados; e a defesa de medidas efetivas de amparo social ao trabalhador. Nesse lançamento oficial, Carlos Lacerda, integrante da UJC, lançou, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o nome de Luiz Carlos Prestes como presidente de honra da Aliança, o que foi plenamente aceito pela plenária.

Em decorrência dessa nova ascensão das lutas sociais, o governo preparou uma Lei de Segurança, criticada pelo partido em artigos assinados por “Bernardo” e por “Bangu” em *A Classe Operária*, na sua edição de 11 de março de 1935.<sup>44</sup> Como resultado das articulações conservadoras, em 4 de abril foi aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN), a qual

43 Cf. KONRAD, Diorge Alceno. **1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Orientada por Sandra Lubisco Brancato. 1994. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994, p. 335-343. Nos subitens 2.2.3 - Organização e composição social e política da ANL e 3.2.6 - Composição social e principais lideranças da ANL no Rio Grande do Sul, o autor desenvolve sobre os segmentos sociais que participaram diretamente da organização da Aliança, cf. p. 94-101 e p. 247-261, respectivamente.

44 O primeiro artigo chama-se “Resposta à ‘Lei Monstro’”, publicado por CARONE, op. cit., 1982, p. 171-2. O segundo, “Todos na luta contra a Lei Monstro”. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 89. p. 3, 11 mar. 1935. In: **Coleção Jornais Brasileiros**, microfilme 084, AEL/UNICAMP. Cf. tb. o documento assinado pelo Birô Político do Comitê Central do Partido, “Abaixo a Lei Monstro! A Minoria Parlamentar Trai o Povo”. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 165. **Fundo DESPS**, Série Panfletos. Rio de Janeiro: APERJ.



procurava evitar a ascensão em curso dos setores populares e democráticos. A aprovação da LSN, conforme Nelson Werneck Sodré, não impediu a ascensão da ANL. Entre março e julho de 1935, a organização cresceu, “passando a constituir importante força política”, chegando a ter mais de 1.500 células espalhadas em 17 estados e 300 cidades, contando com mais de 1,5 milhão de militantes, sendo que “desde que ganhou força, suas atividades foram públicas, ostensivas e legais”, complementadas pela luta antifascista e os conflitos com os integralistas.<sup>45</sup> Sobre o “rápido desenvolvimento” da ANL, de acordo com Affonso Henriques, tesoureiro nacional da Aliança, somente na capital da República a procura pela filiação era tão grande que os integrantes da secretaria tinham de ficar até altas horas da madrugada “abrindo fichas, apurando dinheiro, escriturando livros, organizando cômputos estatísticos e planos de ação” com os dados recebidos de todo o país. Para Henriques, ainda em maio de 1935, o quadro social aliancista aumentava “numa média de 3.000 por dia, ou seja, 90.000 por mês”, entre inscritos e pagantes, o que, sem a futura decretação da ilegalidade, “mantido este ritmo”, poderia ter chegado, ou “teria ultrapassado um milhão em um ano”.<sup>46</sup>

Em abril, de forma clandestina, Luiz Carlos Prestes, acompanhado de Olga Benário, chegou ao Brasil. Ele com o passaporte em nome de Antônio Villar; ela, como sua mulher, chamando-se Maria Bergner Villar. Como eles, vieram para o Brasil o argentino Rodolfo Ghioldi e sua companheira Carmen, o alemão Arthur Ernst Ewert e sua esposa Elise Ewert, o belga Leon Julles Vallé e o estadunidense Victor Allan Baron, todos integrantes da IC, com o propósito de apoiar o movimento revolucionário. A influência da IC na ANL logo se faria sentir. Como demonstra Anita Prestes, por sugestão da IC, Prestes lançou a palavra de ordem do Governo Nacional Popular Revolucionário, conquistando a adesão da ANL e de seus seguidores. Porém, a direção do Partido Comunista do Brasil, que se mantivera fiel à tese de “poder soviético”, só na segunda metade de maio, após a realização do pleno do Comitê Central do Partido, passou a seguir a orientação da IC.<sup>47</sup>

Através da ANL, enfim, o partido apareceu para amplas massas da população em um momento de efetivo êxito para a organização partidária, o que o fazia tornar-se linha de frente no combate ao fascismo e seu similar nacional, o integralismo, ao mesmo tempo em que ampliava sua base com amplas camadas da população, particularmente no interior do proletariado. Na prática – apesar de não ter havido a mudança da tática de “classe contra classe” –, oficialmente, essa abertura fazia com que o sectarismo, o antiprestismo e o “obreirismo” perdessem espaço, o que resultava em nova aproximação de intelectuais, militares e outros setores oriundos da pequena-burguesia ao partido. Gildo Marçal Brandão considera que a participação do partido na ANL, a exemplo do que fora no BOC, pode ser descrita “como as primeiras experiências de alianças no terreno da grande

45 Cf. SODRÉ, op. cit., 1984, p. 99.

46 HENRIQUES, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. O maquiavélico. v. 1. Rio de Janeiro: Record, [s.d.], p. 345.

47 Ver: PRESTES, op. cit., 1997, p. 110-1.

política às quais se agrega um partido até então restrito ao *petit monde* operário e sindical; ou como as primeiras tentativas de expressão não corporativa e especificamente política das classes subalternas”.<sup>48</sup>

Logo após, em 25 de abril, em carta à direção da ANL, Luiz Carlos Prestes aderiu à organização, aceitando ser seu presidente de honra. Essa carta foi divulgada ao público brasileiro como se Prestes estivesse em Barcelona, na Espanha. Na sequência, em 5 de julho de 1935, Prestes lançou outro manifesto, conclamando os brasileiros para um “Governo Popular Nacional Revolucionário”, com a palavra de ordem “Todo Poder à ANL!”.<sup>49</sup> Foi o motivo que o governo Vargas esperava. Baseado na LSN, imediatamente foi decretado o fechamento da Aliança, a qual passou a viver na ilegalidade. Em seguida, também foi fechada a União Feminina do Brasil (UFB), importante órgão de atuação e organização antifascista, e a CSUB.

Enquanto isso, como explica Anita Leocádia Prestes, o Partido Comunista do Brasil continuava a defender “uma suposta ‘situação revolucionária’ no país”. Isso fez com que o partido convocasse os “trabalhadores a ‘pegar em armas desde já’” e a “multiplicar as guerrilhas no campo e a luta pela instalação do ‘governo operário e camponês, na base de Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros (soviets)’”.<sup>50</sup>

Entre o final de julho e o início de agosto, realizou-se, em Moscou, o VII Congresso da IC, sob a liderança de Dimitrov, decidindo pela mudança da tática da III Internacional e a orientação aos partidos comunistas a ela filiados, propugnando a mudança da palavra de ordem de “classe contra classe” para a de “formação de frentes amplas contra o fascismo”. No congresso, Fernando de Lacerda, membro do *Presidium* da IC, apresentou relatório sobre a ANL, sendo esta utilizada como exemplo desenvolvido de combate ao fascismo. Ali, sem saber da ilegalidade da Aliança, recém-decretada por Vargas, afirmava que milhões de brasileiros estariam unidos em torno da ANL. A intervenção de Fernando de Lacerda reivindicou ser a ANL uma criação do Partido Comunista do Brasil, ao mesmo tempo em que fez uma autocrítica em relação às posições sectárias anteriores.<sup>51</sup> Outra importante intervenção brasileira no congresso foi de “Marques” (Valdelino Oliveira?), fazendo uma síntese da luta antifascista no Brasil na década de 1930 e a criação da ANL.<sup>52</sup>

Nesse congresso, Prestes passou a fazer parte da direção da IC como membro do Comitê Executivo. Como consequência seria eleito, em novembro de 1935, como membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

48 Cf. BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**. As duas almas do Partido Comunista - 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 89-90.

49 Esse manifesto foi publicado originalmente no diário da ANL, *A Platéia*, em edição de 6 de julho de 1935. Cf. tb. CARONE, op. cit., 1982, p. 172-181.

50 PRESTES, op. cit., 1997, p. 108

51 Cf. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, op. cit., p. 134. As opiniões de Lacerda também foram publicadas em número especial de: **La Correspondance Internationale** (em sua edição francesa – esse órgão da IC era publicado em várias línguas), Paris, ano 115, n. 115, 4 dez. 1935. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1642, AEL/Unicamp. Ver tb. a tradução publicada por CARONE, op. cit., 1982, p.190-194.

52 Conferir a fala de Marques na: **La Correspondance Internationale**, Paris, p. 1370-1, 13 out. 1935. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1638, AEL/UNICAMP.

Durante a ilegalidade da ANL, o partido tornou-se hegemônico na liderança de sua organização. Mas, aprofundando uma posição esquerdista e de linha tenentista, preparou-se para o movimento revolucionário. Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, continuou como secretário-geral do Comitê Central, tendo ao seu lado Álvaro Ventura, Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) e Honório de Freitas Guimarães (“Martins”) como seus principais aliados. Os nomes partidários, prática comum na clandestinidade, estendiam-se para Prestes, que era chamado de “Garoto”, Ghioldi era o “Índio”, enquanto Arthur Ewert chamava-se “Negro”. As iniciais do trio de pseudônimos dos três principais líderes da IC em atividade no Brasil formam a sigla GIN, abreviada para ser a forma de contato com o Comitê Central do partido, na preparação do levante aliancista.

Apesar da oposição de alguns revolucionários – entre os quais Arthur Ewert (Harry Berger), o qual tinha a opinião de que, nas condições brasileiras, era impossível uma revolução<sup>53</sup> que não contasse com as massas camponesas, ou seja, a maioria da população brasileira –, o movimento de preparação de uma insurreição nacional libertadora continuou na ilegalidade da ANL e do próprio partido.

Nesse período, a atuação do partido restringia-se quase que exclusivamente à ação nos meios militares, tanto que os pedidos de manifestações públicas em defesa da ANL quase não tiveram resultado. A orientação superestimada da revolução armada continuava mesmo entre os que estavam presos, sem levar em conta as reais condições subjetivas e objetivas do Brasil.

Em finais de novembro de 1935, eclodiram os movimentos libertadores no Nordeste e no Rio de Janeiro, sob a bandeira da ANL e pela instauração de um Governo Popular Revolucionário. Em Natal, no 1º Batalhão de Caçadores, a partir do dia 23, o governo revolucionário foi instalado, mas teve vida curta. Em Recife, no 29º Batalhão de Cavalaria (no dia 25), liderado pelo sargento Gregório Bezerra, o movimento foi violentamente reprimido, resultando em mais de 100 mortos, ao mesmo tempo em que se espalhou para Olinda, mas não obteve sucesso. No Rio de Janeiro, iniciado no dia 27, com a revolta do 3º Regimento de Infantaria (com 20 mortos entre legalistas e revolucionários) e da Escola de Aviação Militar (com menos baixas), o movimento foi derrotado rapidamente. No dia 25, o Congresso Nacional aceitava o pedido de estado de sítio por todo o território brasileiro, solicitado por Getúlio Vargas.

As sublevações espontaneístas de Natal e Recife precipitaram a do Rio de Janeiro, ordenada diretamente por Luiz Carlos Prestes após reunião com Miranda e Ewert no dia 25,

53 No debate sobre revolução, plausível para a maioria dos militantes da época, ao menos na tradição marxista, na qual o PCB se referenciava, há duas interpretações que se complementam e que foram indicadas por Florestan Fernandes: a) a tomada do poder por uma nova classe social ou; b) as transformações estruturais de um modo de produção para outro. Fica claro, que, no caso do PCB (bem como da ANL), influenciado pela tática leninista da III Internacional para os países coloniais ou semicoloniais, a “ideia de revolução” era a das “duas etapas”, sendo que, para o Brasil, na década de 1930, esta, em sua primeira etapa, deveria ser nacional e democrático-burguesa. FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-17. Como esse debate também é extremamente amplo e exigiria um artigo à parte sobre o tema, apenas se reforça a indicação de Marcos del Roio (1990), Paulo Sérgio Pinheiro (1991) e Marly Vianna (1992).

marcando o início da insurreição no Rio de Janeiro para após a meia-noite de 26 para 27 de novembro.<sup>54</sup>

No dia 27, no Rio de Janeiro, foi divulgado um documento do Diretório Nacional da ANL em forma de panfleto, chamado “Povo Brasileiro”, em que se conclamava: para o levante em armas para um governo democrático, popular nacional revolucionário, com Prestes à frente. No final, o documento dava vivas às Forças Armadas e a Prestes, num sinal evidente de que a tática da insurreição se situava na tomada dos quartéis.<sup>55</sup>

A ordem final não foi dada pela URSS – como insistem em repetir até hoje as forças conservadoras que adjetivam o movimento de “Intentona Comunista” – com o objetivo de repetir a justificativa de que os revolucionários brasileiros não passavam de “agentes a serviço de Moscou, empenhados em promover uma suposta revolução comunista no Brasil”. Contudo, o conjunto do partido ficou “à margem do movimento insurrecional”, pois não estava “preparado politicamente para isso, embora tivesse sido o grande impulsionador da Aliança Nacional Libertadora”,<sup>56</sup> sobretudo na ilegalidade. Se o conjunto do partido ficou de fora da Insurreição de novembro, a maioria do proletariado brasileiro ficou mais distante ainda.

## Considerações finais

A REPRESSÃO DESENCADEADA após a Insurreição Nacional Libertadora de 1935 se daria de forma extremamente violenta.<sup>57</sup> Após a decisão do governo varguista de decretar o estado de sítio por 30 dias, ainda em 25 de novembro, seguiria o estado de guerra. Edgar Carone afirma que “com a derrota da insurreição”, foi “grande o número de presos em cada um dos estados, fora as prisões” acontecidas mesmo onde a revolta não acontecera, como São Paulo, Rio Grande do Sul etc. Nessa primeira onda, seguida por uma segunda (dos últimos momentos de 1935, atravessando todo o ano seguinte), houve a captura dos integrantes do Birô Sul-Americano e dos quadros do PCB e da ANL em todo o país,<sup>58</sup> bem como de milhares de simpatizantes, proletários ou não.

Diante da repressão intensa, mesmo assim, um documento da ANL, assinado por Luiz Carlos Prestes, após a decretação do estado de sítio, afirmava que o movimento nacional libertador entrava “no caminho da luta aberta”, no caminho que levaria “à emancipação do

54 Em dezembro, foi editado um artigo assinado por “G”, do Rio de Janeiro (certamente de Luiz Carlos Prestes, que na organização da insurreição de 1935 utilizava a abreviatura de G para o seu pseudônimo “Garoto”), no qual resumia-se para o movimento comunista internacional, em um dos principais órgãos de divulgação da IC, o que acabara de acontecer no Brasil. Cf. *L'insurrection nationale révolutionnaire au Brésil. La Correspondance Internationale*, Paris, ano 15, n. 122-123, 21 dez. 1935. In: **Coleção Revistas Estrangeiras**, microficha 1643, AEL/UNICAMP.

55 Cf. Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Diretório Nacional da ANL. In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 838. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.

56 Ver: AMAZONAS, João. 1935: assim se conta a história (a verdade sobre 35). **Princípios**, São Paulo, n. 31, p. 11-13, nov./dez. 1993, jan. 1994.

57 Cf. sobre isso o artigo “A última insurreição brasileira e as provocações do governo do Brasil”, escrito por Fernando de Lacerda e publicado em: **La Correspondance Internationale**, Paris, n. 7, 1936; publicado e traduzido por CARONE, op. cit., 1982, p. 194-197.

58 Ver: CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991. p. 247-248.

Brasil e do seu povo”. Ao mesmo tempo, subestimando as forças de reação do governo, enfatizava que se dava a “passagem aberta, corajosa e decidida de grandes porções do Exército Nacional para o campo da Revolução Libertadora”.<sup>59</sup>

Mesmo com os erros cometidos, influenciados por uma visão *putschista* e militarista da ação revolucionária, de influência tenentista, a Insurreição Nacional Libertadora, de novembro de 1935, se constituiu como parte do processo histórico de luta revolucionária no Brasil, sobretudo por seu componente antilatifundiário e anti-imperialista. Com a ANL, parte mais à esquerda da classe operária rompeu com o seu isolamento político anterior ao participar de uma frente ampla e popular, que contava com intelectuais, militares e outros setores de assalariados, além da pequena-burguesia.

Foi a parcela mais radical e proletária do período, entre 1930 a 1935, que constituiria a base mais ampla de organização do Partido Comunista do Brasil. Tanto a tática “obreirista”, que forçava a composição dirigente do partido oriunda da classe operária, como a tática de frente ampla antifascista, que não impedia a classe de ser dirigente e apresentar candidaturas de trabalhadores, sempre majoritária entre os inscritos, demonstram um Partido Comunista formado por base proletária no período.

Recebido em 31/05/2022

Aprovado em 10/10/2022

---

59 Cf. Ao Povo de Todo o Brasil - A Todos os Nacionais-Libertadores! In: Panfletos apreendidos pela DESPS (1933-1944), n. 920. **Fundo DESPS**, Série Panfletos, APERJ.